

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ – SETOR LITORAL.

CARLOS ALBERTO PORTO DA SILVA

CASA LAR DE MORRETES-PR: REFLEXÕES FRENTE AO ABRIGAMENTO.

MATINHOS

2015

CARLOS ALBERTO PORTO DA SILVA

CASA LAR DE MORRETES-PR: REFLEXÕES FRENTE AO ABRIGAMENTO.

Artigo apresentado para a banca de avaliação
como elemento parcial à conclusão do curso
do Bacharelado de Serviço Social da
Universidade Federal do Paraná – Setor
Litoral.

Orientadora: Profª Drª Edina Vegara.

MATINHOS

2015

AGRADECIMENTOS.

Agradeço a Deus todo poderoso, que proporcionou a conclusão do curso, com conhecimentos e saúde.

A minha esposa Maria Cristina Faria Meire Porto da Silva, e meus filhos pelo entendimento da jornada acadêmica.

E aos meus estimados mestres, mas principalmente a Prof^a Doutora Edina Vegara, e aos meus colegas de jornada.

CASA LAR DE MORRETES-PR: REFLEXÕES FRENTE AO ABRIGAMENTO

Carlos Alberto Porto da Silva¹

Édina Mayer Vergara²

RESUMO

O presente artigo problematiza um caso institucional buscando a compreensão da realidade social da criança e adolescente que diante da fragilização ou quebra do convívio familiar são abrigados, destacando suas rotinas após o ingresso e permanência na instituição, bem como os desdobramentos que trazem para a vida das mesmas. Tem por objetivo ainda cooperar com a qualificação desse tipo de acolhimento em Morretes e Região litorânea do PR. A metodologia de estudo é baseada na imersão acadêmica vivida desde a experiência do Projeto de Aprendizagem, passando pela experiência do Estágio Curricular e de vivências continuadas. Compreendem este grupo abrigado, 12 crianças e adolescentes de diferentes idades que foram encaminhadas e acolhidas em uma Casa Lar na cidade de Morretes (PR), no período compreendido entre 2011 e 2013. As reflexões apresentadas resultam de uma análise qualitativa das rotinas entre as crianças e adolescentes e os pais sociais na Casa Lar, durante o período citado, permitindo indicar que tanto as crianças quanto os adolescentes, em maioria sofrem a fragilização ou quebra dos vínculos com a família de origem e não se operacionalizam ações para que novos vínculos parentais sejam fortalecidos para que haja algum projeto de retorno desses aos seus familiares. Com este vazio não se operacionalizam também encaminhamentos para a adoção. Há séria preocupação dos pais sociais em atender seus filhos sociais da melhor maneira possível, de que tenham uma rotina familiar, que tenham bons resultados na escola, são sensíveis e zelosos; porém, por mais adequada que seja, indicava a todos que lá estavam um futuro incerto pois sabiam que aos 18 anos um novo rito de passagem os lhes aguardava, e naquele momento seria para rotinas e endereços incertos. Mas, mesmo com anos para a busca de alternativas de retorno ao grupo parental ou adoção, também aqueles gestores – públicos ou não – responsáveis pelos direitos dessas crianças e adolescente – não conseguiram evitar que a possibilidade do trauma da separação desta família social fosse tão concreto quanto aquilo que já viveram antes de ali serem acolhidos, pois a família social também se desintegra e poucos têm como caminho possível o retorno ao seu lar parental. Para esses uma nova instituição lhes aguarda.

Palavras-chave: Abrigo institucional, Vínculos familiares, Estatuto da Criança e Adolescente..

¹ Acadêmico do Curso em Serviço Social, Universidade Federal do Paraná, Setor Litoral, e-mail: carlosportoufpr@hotmail.com

² Orientadora. Docente do Curso em Serviço Social, Universidade Federal do Paraná, Setor Litoral. E-mail: edina1308@gmail.com

INTRODUÇÃO.

Este estudo tem inspiração em uma das competências do Serviço Social que é a de realizar pesquisas que subsidiem formulação de políticas e ações profissionais; assim esta tem como intenção ser mais um caminho para ampliar os diálogos entre a Universidade Federal do Paraná - Setor Litoral - com as materialidades das demandas sociais na Região, neste caso, mais especificamente em uma instituição de acolhimento no município de Morretes – PR; além do que intenciona facilitar algumas tomadas de decisão dos Poderes Públicos em defesa mais efetiva dos direitos das crianças e adolescentes em situação de maior vulnerabilidade e risco social, em situação ativa de abrigamento ou não.

No Brasil, historicamente, a política de atendimento a infância e juventude em situação de abandono e/ou violência e/ou negligência vem sofrendo transformações, em especial após a consolidação do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, em 1990.

Esse serviço foi, por umitos séculos da hegemonia caritativa das igrejas, passando também por outros entes da filantropia até ser de responsabilidade do Estado, da comunidade com quem convivem e por fim da sociedade civil como um todo, conforme preconiza o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (1990).

Antes do surgimento do ECA, a Lei 6.697/79, mais conhecida como “Código de Crianças e Adolescentes” garantia parte dos direitos dessas, mas apenas em casos de infratores ou em situação de abandono. Mais do que um instrumento de cidadania, o ECA foi uma grande conquista na defesa e garantia dos direitos das crianças e adolescentes de todo o país.

Sancionada pelo ex-presidente Fernando Collor de Mello em 13 de julho de 1990, a Lei de número 8.069, dispõe sobre a proteção integral a todos os crianças e adolescentes no Brasil, independente de sua etnia ou classe social tenham a integralidade de proteção a fim de oferecer seu pleno desenvolvimento físico, mental e social em condições de liberdade e dignidade (Art.3 ECA, 1990).

O Estatuto da Criança e do Adolescente respeita todas as leis internacionais que mencionam os direitos dos crianças e adolescentes, tais como a Declaração dos Direitos da Criança (ONU,1959), as Regras Mínimas das Nações Unidas para administração da Justiça da Infância (ONU,1985) e as Diretrizes das Nações Unidas

para prevenção da Delinquência Juvenil (ONU, 1988), fazendo com que o ECA seja considerado uma das leis mais avançadas na promoção dos direitos da criança e do adolescente.

Assim, a partir do referido estatuto, entra em vigor a doutrina de proteção integral, um enorme desafio para sua completa implementação, uma vez que os casos de violência contra a criança e o adolescentes são cada vez mais frequentes. Esse fato provocou rupturas em relação às concepções e práticas assistencialistas e institucionais até então vigentes.

Trata-se da mudança do olhar e do fazer, não apenas das políticas públicas, focalizadas na infância e na juventude mas um olhar extensivo aos demais atores sociais do Sistema de Garantia de Direitos. Nesse sistema, há um entrosamento dos órgãos públicos em conjunto com a sociedade civil na aplicação das leis para a defesa das crianças e adolescentes nos níveis Municipal, Estadual e Federal, onde se subdividem em três eixos distintos para a Defesa, Promoção e Efetivação dos direitos da criança e do adolescente (Secretaria dos Direitos Humanos, 2008), implicando a capacidade de ver essas crianças de maneira indissociável do seu contexto sociofamiliar e comunitário (Plano Nacional de promoção, defesa e garantia do direito de crianças e adolescentes a convivência familiar e comunitária – CONANDA 2006).

Desta forma, foi praticamente no final do século XX que crianças e adolescentes passaram a ser considerados sujeitos do direito, o que implica em novas possibilidades de atendimento as suas necessidades biopsicossociais.

A criança ou o adolescente que se encontra em situação de violação permanente de seus direitos deve receber as medidas específicas de proteção, traduzidas no âmbito da assistência social pelos serviços de proteção especial, conforme estabelecido no ECA e na Política Nacional de Assistência Social (PNAS 1998), para os cidadãos e grupos que se encontram em situações de risco, na melhoria e ampliação dos serviços de assistência no país.

O termo acolhimento “formal” a que se refere este Plano, corresponde à modalidade de atendimento de serviço e proteção especial de alta complexidade que garanta proteção integral, incluindo moradia, alimentação, higienização, bem como os demais cuidados para crianças e adolescentes que se encontram sem

referência ou em situação de risco que não possam permanecer em seu núcleo familiar, ou comunitário (CONANDA 2006).

Segundo o referido Plano de 2006, existem duas espécies de acolhimentos distintos. Na modalidade de Acolhimento Familiar, quando há a necessidade de proteger a criança e o adolescente que esteja em situação de risco afastando-a do convívio familiar parental para uma família que a acolherá por um determinado período.

A família na PNAS é considerada um grupo de pessoas que se acham unidas por laços consanguíneos, afetivos e de solidariedade, que precisa ser cuidado para que possa conseguir condições de garantir sustentabilidade através da promoção, proteção, prevenção e inclusão de seus membros. É um núcleo social básico de acolhida, autonomia, sustentabilidade e protagonismo social (NOB/SUAS, 2005,p.17).

Essa Matricialidade sóciofamiliar é central para a garantia de direitos a toda família; quando em casos extremos a criança ou adolescente devem ser atendidos em redes socioassistenciais que suportem as tarefas cotidianas de cuidado e que valorizem a convivência familiar e comunitária. (BRASIL, PNAS, 2009, p.42)

Quando este atendimento não for possível em famílias sociais ele acontecerá sob a modalidade de Acolhimento Institucional é uma modalidade de atendimento integral institucional que oferece cuidado e espaço para socialização e desenvolvimento de crianças e adolescentes como medida de proteção, até que seja possível sua reintegração familiar ou encaminhamento para família substituta.(ECA 2010).

As modalidades de acolhimento institucional são a Casa lar, República e Casa de Passagem. Considerando que os objetivos desse trabalho são focados na modalidade de Acolhimento Institucional de uma Casa Lar, convém ressaltar que esta modalidade é uma medida de proteção para crianças e adolescentes que estejam enfrentando alguma situação de risco, sendo negligenciadas ou mal tratadas, buscando principalmente oferecer uma atenção personalizada por meio de pais sociais, um cuidado que garanta a integridade física, moral e psicológica das mesmas.

AS VIVÊNCIAS NA CASA LAR

Ambiente

A Política de Assistência Social deve se consumir baseada nas políticas setoriais para o enfrentamento das expressões da questão social com a garantia dos mínimos sociais com o provimento de condições para atender contingências sociais e à universalização dos direitos sociais e tem por objetivos:

Prover serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social básica e especial para famílias, indivíduos e grupos que deles necessitem.

Contribuir com a inclusão e a equidade dos usuários e grupos específicos, ampliando o acesso aos bens e serviços socioassistenciais básicos e especiais, em áreas urbana e rural

Assegurar que as ações no âmbito da assistência social tenham centralidade na família e que garantam a convivência familiar e comunitária. (MDS/PNAS,2005,p.33).

Assim se operou a constituição da Casa Lar Marcy Alves Pinto sob a Lei nº 15 de 12 de setembro de 2006 no município de Morretes-PR, sendo instituída pelo então Prefeito Helder Teófilo dos Santos; é a única unidade de Proteção Social Especial da cidade, oferecendo abrigo para crianças e adolescentes de 0 a 18 anos. O acolhimento realizado pelas Casas Lar são individualizados, por se tratar de um abrigo que atende apenas um pequeno número de crianças e adolescentes, onde as crianças e adolescentes chegam até esse lar provisório por meio do Conselho Tutelar, ou encaminhadas pelo Ministério Público ou Juizado da Vara da Infância.

A Casa Lar é mantida pela prefeitura de Morretes-PR, através da Secretaria de Ação Social, como já referido os atendidos por essa unidade são retirados de seu núcleo parental e são encaminhados para a Instituição, que deveria buscar formas de fortalecimento de vínculos parentais, prestando atendimento social, psicológico, pedagógico e o acesso a saúde, segurança e educação, tanto no período de acolhimento quanto fora dele.

Um dos aspectos fundamentais quanto à estrutura apresentada pela Casa Lar para os crianças e adolescentes é justamente a possibilidade dessa oferecer aos

mesmos as melhores condições para que ele possam viver bem e ter acesso a uma alimentação balanceada, roupas, estudo, cultura e lazer, conforme prevê a Política de Assistência.

Esta unidade de Casa Lar, apresenta uma sólida e espaçosa infraestrutura material, com excelente aspecto, uma construção muito bem conservada, com grandes aposentos, eletrodomésticos e outros bens para a boa e segura moradia das crianças e adolescentes, buscando acima de tudo possibilitar o desenvolvimento e a reconstrução de suas vidas, o resgate da autoestima, visando também sua possível reinserção no convívio familiar, seja sua família de origem ou uma família substituta.

Moradores da Casa Lar Marcy Alves Pinto

Para efeito de proteção das crianças, bem como de todas as pessoas colaboradoras nesta pesquisa, não serão expostos nomes ou dados que identifiquem, exponham ou comprometam a imagem das participantes. Os casos são de tal modo peculiares que fica difícil relatar situações de seus acolhidos sem que isto ocorra. Como o objetivo do estudo não é o de traçar o perfil das mesmas nem os motivos que lhe levaram ao acolhimento, isto não se torna relevante para a pesquisa que deseja considerar as rotinas após o seu ingresso e permanência na instituição diante da fragilização ou quebra do convívio familiar, bem como os efeitos dessa privação.

Considerando a faixa etária dos abrigados na instituição da Casa Lar de Morretes, no período dessa vivência, havia 12 crianças e adolescentes de ambos os sexos acolhidos, cuja faixa etária compreendia de 0 a 18 anos incompletos, todos residentes permanentes nesta instituição. A população moradora da Casa Lar Marcy Alves Pinto é composta por 7 meninas e 5 meninos em idades distintas, Todas as crianças apresentavam um algum histórico de maus tratos, com situações parentais que apresentaram limites como abuso, negligência, violência, falecimento e reclusão por apenamento. Vínculos que se quebraram, vínculos que se mantiveram e vínculos que se reconfiguraram positivamente.

Em 2012 não chegou nem uma criança na Casa Lar, mas algumas aguardavam a autorização do promotor para retornar para a sua família e no final do ano duas irmãs voltaram com os seus pais para sua casa, dia de muita alegria para elas e para a equipe da instituição; nas visitas seguintes do Conselho Tutelar a essa família, foi gratificante a constatação de que todos estavam muito bem.

Em 2013 com a troca do gestor municipal, por motivos que não cabem aqui avaliar, foi escolhido um novo casal de pais sociais para a Casa Lar, o que impactou em muito as crianças devido aos vínculos fortíssimos com os seus cuidadores que, durante tantos anos, cumpriram o lugar de sua referência familiar em suas vidas. Em maioria elas não se acostumaram com os novos pais sociais e muitos problemas de relacionamento passaram a ser vividos na Instituição. Outro casal social foi contratado e também não resultou em relações positivas com as crianças e adolescentes.

Essa situação desencadeou várias avaliações dos diferentes sujeitos sociais de Morretes acerca da efetividade do papel da Casa Lar, segundo o que lhe é previsto por Lei.

Nos meses subseqüentes, durante o ano de 2013, muitos foram os problemas e diferentes eram os pontos de vista acerca das funções da Instituição e por fim o Conselho de Direitos das Crianças e Adolescente solicitou o fechamento da mesma. Este processo permitiu a revisão de várias situações de crianças e adolescentes institucionalizados há anos. Assim se deu o desfecho das crianças e adolescentes que lá viviam:

A mãe da menina que entrou para lá recém nascida conseguiu com o promotor a guarda da sua filha e a levou para casa onde está bem, conforme nos informamos com o Conselho Tutelar que faz visitas domiciliares para o acompanhamento.

As adolescentes que lá vivam, com permissão da promotoria, saíram da Casa Lar pois tiveram algumas opções, uma foi morar com a avó; a outra casou, está bem e feliz morando na sua casa em Matinhos, mantemos contato até hoje.

Infelizmente para as outras sete crianças que ainda dependiam exclusivamente da Casa Lar e que não conseguiram se acostumar com as trocas dos pais sociais, em uma decisão dos assistente sociais do município, da secretaria

da assistência social e da promotoria de justiça foi decidido a transferência das sete crianças para uma instituição religiosa da cidade chamada de Associação Metodista de Assistência Social – AMAS - e o acatamento do fechamento provisório da Casa Lar para sua reestruturação.

A equipe

O cuidado dedicado às crianças é prestado por uma mãe social e um pai social na faixa compreendida entre 35 e 45 anos, ambos sem uma formação voltada ao cargo desempenhado. A escolha dos pais sociais é feita através da Prefeitura Municipal por cargos comissionados, onde a Órgão de Assistência Social promove a triagem dos pais sociais.

O dia a dia das crianças é basicamente o mesmo de uma família comum. Pela manhã, as crianças e adolescentes frequentam a escola, e a tarde, tinham atividades socioeducativas, oferecidas por terceiros.

Caminhos e aprendizagens da convivência: a pesquisa

Os elementos que servem de base para esta pesquisa de cunho qualitativo foram analisados a partir de uma minuciosa e sistemáticas-intervenções na Instituição dentre os anos de 2011 a 2013. Segundo Lakatos e Marconi, “a metodologia qualitativa [...] fornece análise mais detalhada sobre as investigações, hábitos, atitudes, tendências de comportamento etc.” (2004, p. 269).

Com a observação e entrevistas semi-estruturadas com a equipe da instituição, fomos³ reconhecendo a história da mesma, os recursos que dispõe, sua estrutura física e de recursos humanos, sua dinâmica de funcionamento, regras, normas e rotinas, além de sua articulação com outros órgãos.

³ Nesta experiência havia outros acadêmicos, com imersões também densas ou mais pontuais na Instituição.

Todas as atividades realizadas, bem como a sintetização dos dados obtidos contaram com o consentimento livre e esclarecido dos representantes da Casa Lar Marcy Alves Pinto, levando em consideração todos os aspectos éticos e morais envolvidos no processo.

Os procedimentos se iniciaram em março de 2011, após das enchentes e deslizamentos que marcaram o Litoral naquele ano. Inicialmente, as aproximações eram para conhecer e compreender aquele espaço, como mais um espaço dos que a Turma de Serviço Social 2009, deste Setor universitário, poderia contribuir para o cuidado das pessoas que viviam aquele acidente ambiental. Contando significativamente com a observação inicial, foi esta nossa principal ferramenta de pesquisa, somado a consulta de documentos, entrevistas e questionário aos aspectos e rotinas envolvidos até o mês de novembro de 2013, momento em que busco sintetizar estas reflexões neste artigo.

Inicialmente as visitas às instalações da Casa Lar de Morretes permitiram conhecer seus aspectos materiais; com aproximações vagarosas, pouco a pouco fomos conhecendo as crianças e adolescentes, primeiro baseados na observação e posteriormente em diálogos individualizados e mais tarde atividades lúdicas em grupos. Nossas intervenções na Instituição foram vinculadas às ações lúdicas como forma de conhecer este ambiente para, através do estágio curricular junto à Secretaria de Ação Social, pudéssemos contribuir com mais alguns aspectos.

Os pais sociais que permaneceram longos anos na Casa Lar são parte inerente do conteúdo desses relatos, em especial acerca do seu dia a dia e do seu trabalho e convívio.

Buscamos conhecer continuamente os fatores que levaram as crianças e os adolescentes a serem encaminhados para um lar provisório, com repetidos relatos que passam pelo uso de sistemático de drogas ilícitas por parte de seus responsáveis, descuidos e maus tratos, abusos sexuais, dentre outros. Essas violações de direito são considerados pelo ECA como fatores de risco, o que justifica impedimentos – não permanentes - quanto ao retorno dos atendidos para a sua família de origem. Essa deve ser assistida para receber seu filho de volta.

Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA 1990), “Um abrigo é uma medida de proteção prevista no artigo 101º, inciso VII, aplica-se à criança e adolescentes ameaçados ou vetados em seus direitos, em razão de: falta, omissão ou abuso dos pais ou responsável, ação ou omissão das autoridades públicas o abrigo consistente no apoio residencial a crianças e adolescentes em processo de reinserção na família de origem ou aguardando inserção em família substituta, via decisão judicial.

Infelizmente na maioria dos casos essa legislação não é cumprida com o devido rigor, pois quando os inseridos em uma casa lar, seus membros comungam de uma sócio-dinâmica onde as relações de poder ali se instalam, comprometendo ou prejudicando a assistência à criança/adolescente na casa lar.

Os prejuízos destes efeitos são basicamente de três ordens:

1º No sentido de que esta medida pode ser entendida como a vítima alternativa, para proporcionar a estas crianças e adolescentes a proteção de um lar negligente ou violento.

2º Há de se reconhecer os prejuízos no processo maturativo de crescimento da criança afastada de seus lares causados por longo período de abrigamento, sem a devida atenção tanto para seu desenvolvimento como também para suas condições futuras e assistência para suas famílias com objetivos de reintegração de ambas as partes.

3º Deve-se finalmente, considerar também os prejuízos advindos das representações sociais acerca da institucionalização, que se agregam e estigmatizam este tipo de população.

A partir do exposto pode-se pensar numa representação destes espaços como instituições que, além de não cumprirem satisfatoriamente sua função de proteger e acolher crianças e adolescentes em situação de risco ou com seus direitos violados, acabam por desenvolver processos de exclusão e segregação de seus abrigados.

O cuidado institucionalizado disponibilizado pela família social faz com que a vida daquela criança ou adolescente se torne possivelmente melhor na sua proteção e seu desenvolvimento, mesmo em um ambiente que não seja seu lar inicial, e com

peessoas que não sejam de sua família de origem, que buscam responder o melhor possível às necessidades físicas e afetivas destas.

Com este percurso, com a imersão e convívio institucional e com as reflexões próprias acerca dos direitos destas crianças e adolescentes, somado àqueles diferentes entes que se ocupam dos mesmos – executivo, judiciário, diferentes profissões, dentre elas o Serviço Social, a sociedade civil, enfim, todos esses têm responsabilidades frente a efetivação do cuidado, proteção e desenvolvimento desses sujeitos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Falar sobre crianças e adolescentes abrigados é falar de famílias e de quando o poder de criar e cuidar de uma criança são transferidos para uma instituição, em síntese para poderes públicos; todo este processo, costumeiramente, implica suspeitar que essa família fracassou em suas funções de proteção e desenvolvimento cuidadoso destes sujeitos em formação.

São vitimadas geralmente por problemas relacionados à dependência química, violência física ou emocional, dentre as vulnerabilidades à que as familiares estão imersas, em especial aquelas que ainda carregam o empobrecimento dentre os muitos problemas de suas vidas, em uma sociedade atravessada por muitos modos de se viver a questão social. Segundo Rodrigues de Souza (2008), a criança vitimada pela violência, além de reproduzi-la, pode reagir através de uma mudança considerável de comportamento, expressa na falta de atenção, variação de humor, baixa auto-estima e agressividade.

O caminho percorrido pela criança ou adolescente até o abrigo pode começar com uma denúncia anônima ou de algum familiar devido a situações de desamparo e de rompimentos com as condições básicas para que estas crianças sejam criadas adequadamente em suas necessidades.

A grande maioria das crianças que foram abrigadas na Casa Lar de Morretes vieram através de demandas ao Conselho Tutelar e por ordem judicial devido à situação de risco pelo qual a criança está passando, tais como: vítimas de abandono, maus tratos, violência sexual, negligência parental, pobreza, etc.

Embora a convivência familiar seja de extrema importância para o desenvolvimento das crianças e adolescentes, a privação do convívio em virtude de uma medida legal de proteção para esses, traz demandas muito peculiares aos pais sociais, o que muitas vezes requer perfil, formação continuada e assessoria técnica e interdisciplinar constantes.

A condição de estar abrigado é um momento difícil na vida da criança ou do adolescente, sua identidade é ameaçada, sua rotina precisa ser vivida em muito, na coletividade; além das demandas já citadas, os pais sociais ainda precisam lidar com estes ritos de passagem – separação dos familiares com quem moravam, adolescência, relacionamentos coletivos, estranhamentos de toda a ordem – o que reforça que estes pais sociais precisam ser orientados e acompanhados por uma equipe técnica. Estes precisam compreender e expressar disponibilidade para amparar e facilitar que seus filhos sociais encontrem na casa e no seu ambiente algo que foi perdido ou destruído; as crianças e adolescentes precisam, têm o direito de se reorganizar buscando novas formas de convivência e entenderem que há condições adequadas para isto.

De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) em seu artigo nº19, o abrigo em instituição é uma medida de proteção aos direitos da criança e do adolescente, que define que o abrigamento deve se realizar em programas com responsabilidade pública neste atendimento, garantindo o direito da criança de conviver com a sua família de origem, preservando seus vínculos e apoiando a família para recebê-la de novamente ao seu meio e convívio.

Uma Casa Lar traz consigo muitas implicações e questões implícitas ao serviço de acolhimento institucional. Acima de tudo, uma casa ou um lar nos remetem à ideia de um refúgio, um local de tranquilidade onde se receba relações de convívio familiar, em um ambiente onde se sinta seguro e possa se desenvolver.

Também é direito da criança e dever da instituição a participação da criança na vida na comunidade onde a instituição está localizada, como também, a participação de voluntárias no processo evolutivo e educativo da criança.

Infelizmente esta Casa Lar deixou de ser um refúgio quando os pais sociais foram substituídos repentinamente, sem que os acolhidos pudessem compreender o que se passava ou que seus sentimentos de carinho e proteção fossem acolhidos,

mesmo que fosse necessária a mudança do casal, a forma de fazê-lo deixou marcas severas.

Esta Casa de Acolhimento foi um lar em que essas crianças e jovens construíram sim um vínculo familiar entre si – como irmãos sociais – e com seus pais sociais, tanto pelo afeto e cuidado que deles receberam quanto pelos muitos anos que lá permaneceram. A forma como se deu a separação dentre as 12 irmãos sociais talvez revele que pouco ainda temos a oferecer para o depois do acolhimento, mesmo que tenhamos tido anos para achar os caminhos.

Caminhos mais seguros para que os serviços de acolhimento de alta complexidade aconteçam mais de acordo com as previsões legais ainda está por ser percorrido, encontrado, fortalecido e sobretudo aprendido, olhando para as experiências que nos marcam a trajetória.

REFERÊNCIAS

CAVALCANTE, Lília Iêda Chaves; MAGALHAES, Celina Maria Colino e PONTES, Fernando Augusto Ramos. **Abrigo para crianças de 0 a 6 anos: um olhar sobre as diferentes concepções e suas interfaces.** *Rev. Mal-Estar Subj.* [online]. 2007, vol.7, n.2. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/malestar/v7n2/06.pdf>> Acessado 12 jan. 2014.

ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente. **Apresentação.** Disponível em: <<http://eca.claretianas.br/>> Acesso em 12 jan. 2014.

CURY, Munir. **Estatuto da Criança e do Adolescente Comentado – Comentários Jurídicos e Sociais.** São Paulo: Malheiros Editores, 2005. Disponível em: <http://prattein.com.br/home/dados_anexos/31.pdf> Acesso em 12 jan. 2014.

Revista do Ministério Público do Estado do Maranhão: Juris Itinera/ Procuradoria Geral de Justiça. RAMIDOFF, Mario Luiz. Estatuto Da Criança E Do Adolescente – 19 Anos De Subjetivações. São Luís 1991. Disponível em: <http://www.mp.ma.gov.br/arquivos/biblioteca/publicacoes_institucionais/2517_2009.pdf#page=13> Acesso em 13 jan. 2014.

PRADA, Cynthia Granja; e WEBER, Lidia Natalia Dobrianskyj. Revista de Psicologia da UNESP. **O Abrigo: Análise De Relatos De Crianças Vítimas De Violência Doméstica Que Vivem Em Instituições.** São Paulo, 2006. Disponível em: <<http://www2.assis.unesp.br/revpsico/index.php/revista/article/viewFile/33/63>> Acesso em 13 jan. 2014.

CAVALCANTE, Lília Iêda Chaves; MAGALHÃES, Celina Maria Colino e PONTES, Fernando Augusto Ramos. **Institucionalização Precoce E Prolongada De Crianças: Discutindo Aspectos Decisivos Para O Desenvolvimento.** Pará, 2007. Disponível em: <<http://www.ufpa.br/led/documentos/Institucionalizacaoprecoceeprolongadadecriancas.pdf>> Acesso em 20 jan. 2014.

AVALCANTE, Lília Iêda Chaves; MAGALHAES, Celina Maria Colino e PONTES, Fernando Augusto Ramos. **Institucionalização Precoce E Prolongada De Crianças: Discutindo Aspectos Decisivos Para O Desenvolvimento.** *Aletheia* [online]. 2007, n.25. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/aletheia/n25/n25a03.pdf>> Acesso 21 jan. 2014.

FUNDAC – Fundação da Criança e do Adolescente. **História da Criação do ECA.** Disponível em: <<http://www.fundac.ba.gov.br/index.php/historia>> Acesso em 21 jan. 2014.

Secretaria Nacional De Assistência Social. Norma Operacional Básica NOB/SUAS – Construindo As Bases Para A Implantação Do Sistema Único De Assistência Social. Brasília, 2005. Disponível em: <<http://www.assistenciasocial.al.gov.br/sala-de-imprensa/arquivos/NOB-SUAS.pdf>>

Acesso em 05 mar. 2014.

SOUZA Mirian Rodrigues /*VIOLÊNCIA NAS ESCOLAS: CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS*/ 2008/ disponível on line :www.unifan.edu.br/files/pesquisa/Artigo%2520VIOL%25C3%258ANCIA%2520NAS%2520ESCOLAS%2520-%2520C/ Acesso em 12/05/2012.

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **PNAS - Política Nacional de Assistência Social – Institucional**. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/falemds/perguntas-frequentes/assistencia-social/assistencia-social/usuario/pnas-politica-nacional-de-assistencia-social-institucional>> Acesso em 05 mar. 2014.

Secretaria de Direitos Humanos. **Sistema de Garantia de Direitos**. Disponível em: <<http://www1.direitoshumanos.gov.br/clientes/sedh/sedh/spdca/sgd>> Acesso em 06 mar. 2014.

Secretaria de Direitos Humanos. Estatuto da Criança e do Adolescente. Disponível em: <<http://www1.direitoshumanos.gov.br/spdca/eca3/convenio/>> Acesso em 06 mar. 2014.

novos rumos do acolhimento institucional. [Organização] Maria Lúcia Carr Ribeiro Gulassa. – São Paulo: NECA – Associação dos Pesquisadores de Núcleos de Estudos e Pesquisas sobre a Criança e o Adolescente, 2010. Disponível em: <<http://www.neca.org.br/wp-content/uploads/novos%20rumos%20do%20acolhimento.pdf>> Acesso em 06 mar. 2014.

LAKATOS, Eva; MARCONI, Maria de Andrade. **Metodologia Científica**. 2.ed. São Paulo: Atlas, 1991.